

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

Campus Rio Branco Baixada do Sol



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



INSTITUTO
FEDERAL
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM AGRICULTURA FAMILIAR

Resolução de aprovação nº 20/2017 CONSU/IFAC de 31 de
maio de 2017



RIO BRANCO – ACRE

2023



**INSTITUTO
FEDERAL**

Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

Reitora

CARMEM PAOLA TORRES ALVAREZ

Pró-Reitora de Ensino

JEFFERSON VIANA ALVES DINIZ

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

FÁBIO STORCH DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Extensão

UBIRACY DA SILVA DANTAS

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

JOSÉ CLAUDEMIR ALENCAR DO NASCIMENTO

Pró-Reitor de Administração

MÁRIO JORGE DA SILVA FADELL

Diretor Geral

MATSUNAGA PAULO DE OLIVEIRA SEKIGUCHI

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

ADALBERTO ALVES QUINTELA

Coordenador de Administração

DEBORAH VIRGYNIA CARDOSO DE FREITAS

Coordenadora do Curso



Comissão de Elaboração – Colegiado do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar Portaria CBS/IFAC Nº 39, de 23 de junho de 2023

Membros	Representação
Deborah Virgynia Cardoso de Freitas	Presidente
Amélia Maria Lima Garcia	Docente
Antony Evangelista de Lima	Docente
Charle Ferreira Crisóstomo	Docente
Claiton Baes Moreno	Docente
Norma Giovanna da Silva Pereira Plese	Docente
Ricardo Bezerra Hoffmann	Docente
Luciene de Almeida Barros Pinheiro	Pedagoga
Marlla Munick Pereira Ugalde	Discente



SUMÁRIO

1 DETALHAMENTO DO CURSO	6
2 INTRODUÇÃO	7
3 JUSTIFICATIVA.....	8
4 OBJETIVOS	11
4.1. Objetivo geral	11
4.2 Objetivos específicos	11
5 PERFIL PROFISSIONAL	11
6 REQUISITOS DE ACESSO.....	12
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	12
7.1 Fundamentação legal	12
7.2 Concepção pedagógica do curso.....	13
7.3 Público-alvo	14
7.4 Local de funcionamento	14
7.5 Atendimento a alunos com deficiência	14
8 ESTRUTURA DO CURSO	16
8.1 Matriz curricular	16
8.2 Disciplina obrigatórias.....	16
8.3 Disciplinas optativas	17
8.4 Carga horária	17
8.5 Duração do curso	18
8.7 Oferta das aulas	18
8.8 Critérios de avaliação	19
8.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	19
8.10 Orientação e coorientação.....	21
8.11 Integralização do curso	22
8.12 Aproveitamento de estudos	22
8.13 Do trancamento	23
8.14 Do desligamento do curso	24



8.15 Certificação	25
9 INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS.....	25
10 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28
11 PROGRAMA DAS DISCIPLINAS	29
12 REFERÊNCIAS	40



1 DETALHAMENTO DO CURSO

INFORMAÇÕES DO CAMPUS

CNPJ: 10.918.674/0001-23

Razão social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre –
Campus Rio Branco Baixada do Sol

Nome fantasia: IFAC

Esfera administrativa: Federal

Endereço: Rodovia AC 90 – Estrada Transacreama, km 20.

Telefone: (68) 3224-6814

E-mail: cbs.diren@ifac.edu.br

Site: www.ifac.edu.br

INFORMAÇÕES DO CURSO

Denominação: Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar

Nível de ensino: Pós-graduação

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Ato de criação do curso: Resolução CONSU/IFAC Nº 20/2017

Quantidade de vagas: 30

Turno de oferta: Diurno/Noturno

Carga horária total do curso: 360 horas

Integralização Curricular: 18 meses, máximo

Local de oferta: Campus Rio Branco Baixada do Sol



2 INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), no Campus Rio Branco Baixada do Sol.

O Instituto Federal do Acre é uma autarquia federal instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em 2010, com a realização de concursos públicos para a composição do quadro de servidores, passou a oferecer cursos e desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão no Acre.

Atualmente, o IFAC promove cursos em diversos níveis (técnicos, graduação e pós-graduação) e modalidades de ensino (subsequente, integrado, educação de jovens e adultos; tecnologia, bacharelado, licenciatura; *lato sensu* e *stricto sensu*) em todas as regionais do território acreano. São seis campi no Estado, na capital são dois, Campus Rio Branco e Campus Rio Branco Baixada do Sol.

O Campus Rio Branco Baixada do Sol possui vocação para a oferta de cursos relacionados ao eixo tecnológico de Recursos Naturais. Atualmente, está situado na região da Baixada da Sobral, um complexo de mais de 18 bairros, incluindo o Aeroporto Velho, onde a sede do campus está instalada desde o ano de 2014 no município de Rio Branco. Na Baixada da Sobral residem mais de setenta e cinco mil pessoas, o equivalente a cerca de 20% da população rio-branquense.

Em breve, a nova sede do Campus será no antigo Colégio Agrícola, situado na Rodovia AC-90, Estrada Transacreana, Km 20, onde contará com uma estrutura física de mais de 30 mil metros quadrados em uma área de 450 hectares.

O Campus Rio Branco Baixada do Sol oferece os seguintes cursos: Técnico em Agroecologia, Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia, Tecnologia em Gestão do Agronegócio e a Pós-graduação *lato sensu* em Agricultura Familiar, reforçando sua atuação no eixo tecnológico em recursos naturais e fortalecendo ações de ensino, pesquisa e extensão no Acre.

A proposta de oferecer o curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar surge a partir da necessidade de capacitar, qualificar e aperfeiçoar profissionais que atuam ou que pretendem atuar na promoção, no desenvolvimento e no fortalecimento da agricultura familiar no Acre.





O Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar iniciou suas atividades no ano de 2017, quando teve seu PPC aprovado por meio da Resolução CONSU/IFAC Nº 20/2017, de 31 de maio de 2017.

A partir daí foram abertas 4 turmas, nos anos 2017, 2018, 2019 e 2021. Neste período, cerca de 120 pós-graduandos foram qualificados. Os acadêmicos possuíam diversas formações: medicina veterinária, engenharia agrônômica, engenharia florestal, tecnólogo em gestão ambiental, licenciatura em biologia, dentre outras áreas do eixo de recursos naturais.

Os pós-graduandos inscritos no curso eram extensionistas, gestores e técnicos vinculados a projetos e programas governamentais, professores de áreas rurais, pesquisadores, lideranças locais, ligados a movimentos sociais, entre outros profissionais e interessados na temática agricultura familiar.

Visando a melhoria contínua do curso, após debates e reflexões entre o corpo docente e técnico acerca de diversos assuntos e aspectos a serem considerados na oferta do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar, aliado à necessidade de atualização das normativas referentes à pós-graduação, o Colegiado de Curso decidiu reformular o PPC. A partir daí, os membros do Colegiado, docentes, a técnica-pedagoga e a discente, se dedicaram a elaborar o documento.

Na reestruturação do PPC, buscou-se, principalmente, atualizar as legislações e normativas da pós-graduação; definir sobre a continuação do formato das aulas; renovar, incluir e excluir componentes curriculares, suas ementas e referencial bibliográfico, dentre outras questões.

Sendo assim, este PPC apresenta as bases conceituais e metodológicas em que o Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar se baseia, além de expor informações relacionadas à estrutura do curso, objetivos, perfil profissional do estudante, formato das aulas, metodologias adotadas, componentes curriculares, infraestrutura disponível, dentre outras informações sobre o curso.

3 JUSTIFICATIVA

Não há dúvidas da importância da agricultura familiar no Brasil. Ela é responsável pelo abastecimento do mercado interno com uma diversidade de gêneros alimentícios, fitoterápicos, têxteis, entre outros. Promove a segurança e a soberania alimentar, a geração de emprego e renda, a manutenção do homem no campo, a manutenção de áreas florestais (Van Der Ploeg, 2017), estimula economias locais e contribui para o desenvolvimento rural (Bittencourt, 2020).



A agricultura familiar tem dinâmica e características próprias. A gestão da propriedade e do trabalho é compartilhada pela família e a atividade de produção agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

O conceito da agricultura familiar está relacionado às diferentes fases e atores envolvidos no fazer da produção familiar (Schneider, 2009; Altafin, 2007). Em termos políticos institucionais, a agricultura familiar passa a ser legitimada e reconhecida no Brasil a partir da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (Schneider, 2009). Outra política de apoio é a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

A definição legal da agricultura familiar e os requisitos para o enquadramento da área de produção agropecuária do agricultor familiar, conhecida como Unidade Familiar de Produção Agrícola (UFPA), estão dispostos no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (Brasil, 2017):

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, mais de 3,9 milhões são classificados como da agricultura familiar. O setor representa 77% de todos os estabelecimentos agropecuários no País. A área de produção da agricultura familiar é de 80,9 milhões de hectares, correspondendo a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar ocupa cerca de 10 milhões de pessoas no campo (IBGE, 2017).

O Acre é um dos três estados brasileiros que possui os maiores números de estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar (IBGE, 2017), perdendo apenas para os estados de Pernambuco e Ceará. Em valor econômico, a produção familiar contribui com mais de 52% do valor total da produção acreana. Estes dados reforçam a importância da agricultura familiar no Acre.

Apesar da importância socioeconômica da agricultura familiar e da criação de políticas públicas voltadas à promoção e ao fortalecimento do setor, ainda existem grandes desafios a



serem enfrentados, dentre eles, a falta de acesso e conhecimento dos produtores familiares, especialmente os de menor porte, à inclusão produtiva e à geração de renda, melhorias na qualidade de vida e preparo para a sucessão familiar (Bittencourt, 2020), a ausência de assistência técnica, baixo nível tecnológico e altos custos de produção, dentre outros.

Diante disso, a oferta do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar pretende oportunizar a qualificação de profissionais com base no diálogo com a realidade local, visibilizando as potencialidades e os desafios do desenvolvimento da agricultura familiar na região.

A proposta do curso segue os objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (IFAC, 2021) do IFAC para o período de 2020 a 2024, que é “promover a verticalização do ensino” por meio da oferta de cursos de pós-graduação.

O Campus Rio Branco Baixada do Sol possui em seu quadro funcional um número expressivo de servidores, entre professores e técnicos qualificados. Ressalta-se a capacidade técnica e profissional do corpo docente, composta por mestres e doutores nas áreas de ciências agrárias e florestais, ciências biológicas, engenharia de alimentos e de pesca, entre outras áreas, capazes de promover ações de ensino, pesquisa e extensão de qualidade e fortalecer a agricultura familiar no Acre.

A oferta de cursos regulares tais como Técnico em Agroecologia, Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia e Tecnologia em Gestão do Agronegócio fortalecem e corroboram o eixo tecnológico de atuação do Campus Rio Branco Baixada do Sol, visando atender a demanda por qualificação profissional, científica e tecnológica no Acre, além de oportunizar a verticalização dos cursos em níveis cada vez mais especializados.

Sendo assim, é notório que a escolha da Agricultura familiar como foco do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar corrobora o papel do IFAC em privilegiar ações de desenvolvimento social e econômico pautadas na diminuição das desigualdades sociais e no cuidado com o meio ambiente.

Ademais, o Curso visa promover o conhecimento técnico e científico aprofundado, oferecendo aos pós-graduandos oportunidade de adquirir competências em áreas voltadas à implantação e melhorias em sistemas de produção animais e vegetais, além de temáticas que permeiam estes sistemas, tais como gestão ambiental, cooperativismo e associativismo, manejo de solos tropicais, entre outros assuntos de bastante relevância.

A oferta do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar amplia os horizontes de atuação do Campus Rio Branco Baixada do Sol, além de atender a uma demanda crucial de capacitação específica para os desafios e oportunidades relacionados a agricultura



familiar, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável, a valorização dos agricultores familiares e o fortalecimento da economia rural no estado.

4 OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Promover a formação continuada técnico-científica de profissionais que atuam ou que pretendem atuar em atividades voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no Estado do Acre.

4.2 Objetivos específicos

- Realizar atividades de pesquisa, envolvendo a comunidade acadêmica em projetos, incentivando o desenvolvimento de tecnologias aplicadas à agricultura familiar;
- Promover a formação técnica do aluno, de forma a subsidiá-lo no processo de planejamento, execução e avaliação de empreendimentos voltados para a produção agropecuária em âmbito local e comunitário.
- Formar profissionais para atuação na assistência técnica a agricultores familiares e suas organizações sociais;
- Possibilitar a vivência e a investigação da agricultura familiar, com vistas à melhoria dos processos produtivos da família e da comunidade;
- Desenvolver habilidades de gestão da produção e da comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar;
- Construir o senso crítico e a capacidade de compreensão, intervenção e transformação da realidade, na perspectiva de desenvolver sustentavelmente a agricultura familiar.

5 PERFIL PROFISSIONAL

A proposta do curso objetiva a formação do especialista em agricultura familiar capacitando à:

- Orientar o planejamento de produção familiar, alinhado às atuais políticas de fortalecimento da agricultura familiar na região;
- Realizar assistência técnica às famílias e comunidades que atuam com a agricultura familiar;
- Estudar, pesquisar e estimular a pesquisa com agricultores familiares no seu ambiente de atuação, a partir da vivência do campo;





- Criar, implementar e avaliar tecnologias de produção familiar;
- Orientar a comercialização de produtos agropecuários, com vista a criação e fortalecimento de canais de comercialização mais justos;
- Potencializar a agricultura familiar como agente promotor do processo de desenvolvimento rural sustentável na região;
- Contribuir com o aumento da competitividade produtiva da agricultura familiar.

6 REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Agricultura dar-se-á através de Processo Seletivo regulado por edital próprio. Para tanto, o candidato deverá ter concluído o Ensino Superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), na área de Ciências Agrárias, prioritariamente. As outras áreas não prioritárias serão preenchidas conforme regulamento previsto em Edital.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Esta seção apresenta os componentes curriculares que constituem a organização curricular do curso de Especialização em Agricultura Familiar ofertado no Campus Rio Branco Baixada do Sol, bem como a concepção pedagógica que direciona a organização do curso e a prática docente. Além disso, traz informações sobre a legislação que normatiza a organização e funcionamento dos cursos pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior e Institucional.

7.1 Fundamentação legal

Este Projeto Pedagógico de Curso foi elaborado em observância aos princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional e aos dispostos nas seguintes legislações:

RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 84, DE 22 DE JULHO DE 2022 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Pesquisa, Empreendedorismo, Inovação e Pós-Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

RESOLUÇÃO/CONSU/IFAC Nº 16, DE 23 DE JUNHO DE 2021 - Dispõe sobre a regulamentação da concessão de bolsas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento, Inovação e Intercâmbio no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.



RESOLUÇÃO Nº 32/CONSU/IFAC, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020 - Dispõe sobre a alteração do Regimento de Pós-graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 050, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 - Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas, para inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos Programas de Pós-graduação lato e stricto sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 17 DE JULHO DE 2023 – Regulamenta as normas e os procedimentos de administração e da utilização do Moodle como o Ambiente Virtual de Aprendizagem, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, no desenvolvimento das atividades de educação a distância e aprendizagem híbrida no âmbito das políticas de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Extensão e Gestão de Pessoas.

7.2 Concepção pedagógica do curso

O curso foi concebido a partir da proposta pedagógica progressista, inspirada nos ideais pedagógicos de Paulo Freire. Nesta concepção, a educação tem papel social importante na transformação da sociedade, a partir da formação crítica de seus atores, mediados pelo conhecimento.

O método de Paulo Freire, referência da Pedagogia Libertadora, tem por princípio a certeza de que a educação é um ato político, de construção do conhecimento e de criação de outra sociedade - mais ética, mais justa, mais humana, mais solidária. A educação deve ser uma busca permanente em favor das classes oprimidas, luta pela liberdade e igualdade.

Estes princípios estão intimamente relacionados com a concepção de Agricultura Familiar, que é voltada para o desenvolvimento social de populações do campo, tais agricultores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas etc., buscando a emancipação social, autonomia econômica e o desenvolvimento sustentável.

Nesta concepção, os educadores são comprometidos com a missão de educar para a cidadania e para a autonomia, conscientizando e libertando através do diálogo e da reflexão, num intercâmbio contínuo de saberes, pois é assim que se estabelecem as possibilidades comunicativas, fazendo com que o educando se transforme em sujeito da sua própria história.



O método Paulo Freire pode e deve ser plenamente utilizado em cursos de pós-graduação. Seu método, inicialmente utilizado na educação informal para alfabetização de adultos, atualmente é amplamente apreciado por educadores críticos e utilizado em todos os níveis de ensino, que tem como princípio o uso de temas geradores a partir da vivência dos alunos e estudo do cotidiano, a análise e a compreensão crítica da realidade através do diálogo, a conscientização do papel social do conhecimento, a sistematização e aplicação na realidade, de forma dialética.

7.3 Público-alvo

O curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar pretende capacitar graduados em cursos superiores e profissionais que atuam, prioritariamente, na área de ciências agrárias ou áreas afins ao eixo de recursos naturais, ou ainda aqueles que queiram se qualificar para explorarem novas oportunidades voltadas à promoção, ao desenvolvimento e ao fortalecimento da agricultura familiar no Acre. As áreas de formação não prioritárias serão avaliadas pela Comissão do Processo Seletivo de Ingresso no Curso, conforme previsão em Edital.

7.4 Local de funcionamento

O curso será ofertado na sede do Campus Rio Branco Baixada do Sol, podendo ocorrer aulas práticas em outros espaços, a ser definido pelo professor e previamente comunicado à turma.

7.5 Atendimento a alunos com deficiência

O atendimento aos educandos está previsto na Constituição Federal de 1988 no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 e suas alterações foi que houve o marco do atendimento desses educandos, através da modalidade de Educação Especial. Diz o Art. 4º e inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino que começou a instituir os atendimentos desses educandos.





Após apresentação de laudo médico, deverão ter as condições de acesso, permanência e sucesso destes estudantes estabelecidas através do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O NAPNE é regulamentado no IFAC através da Resolução CONSU/IFAC Nº 18 de 17 de maio de 2019 e tem como competência:

- A disseminação da cultura da inclusão no âmbito do Instituto Federal do Acre através de projetos, assessorias e ações educacionais, em parceria com as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;
- Contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Estimular o espírito de inclusão na comunidade escolar, de modo que o estudante, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos acadêmico, técnicos e científicos, e valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida;
- Criar na instituição, a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais, comunicacionais e arquitetônicas;
- Elaborar e implementar, em conjunto com os docentes, Coordenação Técnica Pedagógica - COTEP e Núcleo de Assistência Estudantil- NAES do campus, adaptação curricular e pedagógica capazes de promover habilidades e competências necessárias para a formação integral do estudante com necessidades educacionais específicas;
- Articular e assessorar os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas e;
- Ofertar cursos de formação continuada para a comunidade acadêmica, com vistas à efetivação de práticas pedagógicas em Educação Inclusiva.

No ano de 2009, o Estado Brasileiro ratificou através do Decreto Legislativo nº 168 e seu protocolo facultativo promulgado através do Decreto nº 6.949/2009, com status de emenda constitucional, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência onde a oferta de Educação Inclusiva deve respeitar as diretrizes do Art.º 24 da referida Convenção. De acordo



com a Resolução CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009 determina o público-alvo da Educação Especial assim como o Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, inclusive para os Núcleos de Atendimento aos alunos/pessoas com deficiência.

O atendimento prestado nos Campus deve se balizar nessas legislações e outras que se fizerem pertinentes, para ofertar uma Educação Profissional, Científica e Tecnológica Inclusiva de qualidade a todos os alunos da Rede IFAC.

8 ESTRUTURA DO CURSO

8.1 Matriz curricular

A matriz curricular do Curso de Especialização em Agricultura Familiar está composta por disciplinas obrigatórias e optativas, com carga horária de 30 horas cada. A carga horária de cada disciplina será oferecida da seguinte forma: 24 horas presenciais e 06 horas mediadas por metodologias. A seguir seguem as disciplinas obrigatórias (quadro 01) e optativas (quadro 2). O quadro 3 apresenta o resumo dos componentes e atividades obrigatórias para a conclusão do curso.

As horas correspondentes às atividades mediadas por metodologias correspondem a 20 % da carga horária total de cada disciplina. O estudante deverá cumprir com êxito, no mínimo, 12 disciplinas, totalizando 360 horas em disciplinas para integralização do curso.

8.2 Disciplina obrigatórias

Quadro 01 – Disciplinas obrigatórias.

Nº	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		PRESENCIAL	MEDIADA POR TECNOLOGIAS	TOTAL
01	Metodologia científica	24	06	30
02	Agricultura Familiar e Políticas Públicas	24	06	30
03	Mercados e Comercialização Agrícola	24	06	30
04	Seminário de Pesquisa	24	06	30
05	Sistemas Agroflorestais	24	06	30
06	Tecnologia de Alimentos	24	06	30
07	Bovinocultura de leite	24	06	30
08	Avicultura familiar	24	06	30
09	Manejo de Solos Tropicais	24	06	30



10	Tecnologias em Olericultura	24	06	30
----	-----------------------------	----	----	----

8.3 Disciplinas optativas

Quadro 02 – Disciplinas optativas.

Nº	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		PRESENCIAL	MEDIADA POR TECNOLOGIAS	TOTAL
01	Tópicos em Piscicultura	24	06	30
02	Tópicos Especiais em Controle de Qualidade e Novos Produtos	24	06	30
03	Estatística Aplicada	24	06	30
04	Agroecologia	24	06	30
05	Associativismo e Cooperativismo	24	06	30
06	Qualidade e Inspeção do Leite e Derivado	24	06	30
07	Gestão Ambiental	24	06	30
08	Tópicos Especiais em Agricultura Familiar	24	06	30

8.4 Carga horária

A carga horária total do curso visando a obtenção do título de Especialista em Agricultura Familiar é de 360 (trezentos e sessenta) horas, sem considerar o período de elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme previsto nas normativas referentes aos Cursos de Pós-graduação, Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, e Resolução IFAC nº 32/2020, de 22 de outubro de 2020.

A seguir, o quadro 03, apresenta o resumo das disciplinas e atividades obrigatórias para a conclusão do curso.

Quadro 03 – Resumo das disciplinas e atividades obrigatórias para a conclusão do curso.

QUANTIDADE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
10	Obrigatórias	300
02	Optativas	60
01	TCC	Sem carga horária



8.5 Duração do curso

O período mínimo para a conclusão do curso será de 12 meses, que envolve o cumprimento da carga horária total do curso, aprovação nas 12 disciplinas previstas e aprovação e entrega da versão final do TCC. O período total de integralização do curso será de até 18 meses.

Em caráter excepcional, a prorrogação de prazo para integralização do curso poderá ser concedida mediante solicitação ao Colegiado de Curso. Caso haja impossibilidade de realização do exame de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso dentro do prazo de 18 meses, aluno e orientador poderão solicitar à Coordenação de curso o prazo máximo de 12 meses de prorrogação.

Neste caso, o requerimento de prorrogação de prazo assinado pelo discente e orientador, deve ser encaminhado à Coordenação de Curso, com a justificativa do pedido e o cronograma de execução, além de ser protocolado antes de vencer o prazo de 18 meses.

A prorrogação de prazo para permanência no curso só poderá ocorrer perante a apresentação de razões amplamente justificadas e de cronograma que claramente indique a viabilidade de conclusão do curso dentro da prorrogação solicitada pelo discente e mediante parecer do colegiado.

O colegiado do curso de pós-graduação emitirá parecer quanto à justificativa apresentada e às condições de execução do trabalho de acordo com o prazo a ser concedido.

A não concessão da prorrogação de prazo resulta em obrigatoriedade da realização do exame de defesa do TCC dentro do prazo regular. Caso não ocorra, o discente deve ser desligado do programa.

8.7 Oferta das aulas

O calendário acadêmico estará previsto no Edital do Processo Seletivo.

Cada disciplina terá duração de 30 horas, sendo 24 horas presenciais e 06 horas mediadas com uso de tecnologias visando o lançamento de atividades e materiais complementares, com a devida orientação dos docentes do curso, que atuarão como tutores nas disciplinas.

Os discentes terão acesso a atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão mediadas com uso de tecnologias, podendo ser utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uma carga horária equivalente a 6 horas em cada componente curricular, o que equivale a 20% da carga horária total da disciplina.

O AVA do IFAC, software livre de apoio à aprendizagem, é acessível a todos os alunos,





inclusive aqueles com algum tipo de necessidade específica, e, com o auxílio do NAPNE, as necessidades apresentadas serão atendidas. O programa é intuitivo, de fácil utilização, além de permitir a criação de cursos "on-line", páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem.

Ressalta-se que a plataforma já é utilizada como ferramenta em outros programas de pós-graduação do IFAC, tais como os cursos de Especialização *lato sensu* em Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Especialização *lato sensu* em Gestão de Empreendimentos Agrossilvipastoris na Amazônia.

Considerando possíveis eventualidades, as aulas poderão ocorrer em semanas e dias diferentes do padrão estabelecido, a ser informado com o máximo de antecedência e comunicado à turma.

8.8 Critérios de avaliação

A avaliação dos estudantes será realizada como parte integrante do processo de aprendizado, levando em consideração que o conhecimento ocorre em diferentes momentos e espaços e respeitando os processos ideológicos de cada sujeito, em decorrência de suas experiências e vivências. Dessa forma, o processo garante a aquisição de novos conhecimentos e a ressignificação de aprendizagens anteriores, ocorrendo ao longo do curso, de modo a permitir reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, atividades práticas e de ensino, à distância, bem como a autoavaliação.

Configura-se como critério essencial para que o aluno seja considerado aprovado no curso, a frequência igual ou superior a 75%, bem como média igual ou superior a 70 (setenta) pontos, em cada disciplina. Além desses critérios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) complementarará o conteúdo abordado nas disciplinas do curso no processo de formação dos alunos e, assim como a aprovação nas disciplinas, é requisito para integralização do curso.

8.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) compreende a apresentação de resultados de um projeto de pesquisa escrito em formato definido pelo colegiado do curso, a ser defendido



publicamente perante a uma Banca Examinadora, oportunizando aos alunos discussões coletivas acerca do desenvolvimento de um estudo científico.

O TCC é requisito obrigatório para a obtenção do título de Especialista *lato sensu* em Agricultura Familiar, conforme previsto no Regimento de Pós-Graduação do IFAC. As modalidades do TCC a serem desenvolvidas são em formato de monografia e artigo científico.

Para a realização da defesa pública do TCC é necessária a conclusão e aprovação em 12 (doze) disciplinas do curso, além de seguir os prazos estabelecidos neste PPC.

Após a aprovação do orientador, o discente solicitará o agendamento de defesa do TCC, observados os prazos e orientações estabelecidos, sendo sua responsabilidade encaminhar o TCC aos membros da banca.

Cumprido os requisitos, a Coordenação tem o prazo máximo de 15 (quinze) dias da ciência da solicitação de agendamento da defesa para nomear três membros titulares e dois membros suplentes da banca examinadora, a partir de nomes sugeridos pelo orientador.

Após a designação dos membros da banca examinadora, a defesa pública acontecerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Este prazo poderá ser prorrogado pela Coordenação do Curso, a pedido das partes envolvidas, acompanhado de requerimento formal devidamente justificado.

A banca examinadora de TCC, é composta por 03 (três) membros titulares, sendo um deles o orientador ou o coorientador, que será o presidente, além de 02 (dois) membros suplentes. Não é permitida a participação do coorientador na banca examinadora quando o orientador estiver na presidência. A banca deve ter pelo menos um membro titular externo ao IFAC.

Os componentes da banca devem ser profissionais com titulação mínima de especialista. Parentes de até 3º grau de alunos que realizarão a defesa pública do TCC são proibidos de participarem da banca examinadora.

Na defesa pública do TCC, o discente terá de 20 (vinte) e 30 (trinta) minutos para a exposição de seu trabalho. Logo após, a banca fará a arguição do candidato, cada membro terá até 30 (trinta) minutos para realizar a arguição.

Em seguida, a banca examinadora procederá com o julgamento do TCC, em sessão secreta, atribuindo ao aluno o conceito: APROVADO, APROVADO COM RESSALVAS ou REPROVADO. A nota atribuída ao pós-graduando pode variar entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez) pontos. Estas informações devem constar na ATA DE DEFESA PÚBLICA, que deve ser assinada, inserida no SEI e encaminhada à Coordenação do curso.



Para obter a APROVAÇÃO no TCC, o discente deverá alcançar nota mínima de 7,0 (sete) pontos. A REPROVAÇÃO é considerada quando o aluno obtém abaixo de 7,0 (sete) pontos na avaliação do TCC.

O pós-graduando que tiver obtido o conceito APROVADO ou APROVADO COM RESSALVAS deverá entregar a versão definitiva do TCC à Coordenação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a data da defesa, nos formatos digital e impresso (capa dura), conforme estabelecido pelo Colegiado do curso.

A emissão de qualquer documento comprobatório à defesa do TCC está condicionada à entrega da versão final do trabalho, conforme previsto no Regulamento da Pós-graduação do IFAC.

O aluno que obtiver conceito APROVADO COM RESSALVAS, deverá encaminhar à Coordenação do curso a versão definitiva do TCC junto a declaração do orientador atestando que as correções obrigatórias propostas pela banca examinadora foram realizadas.

A publicação de artigo científico em revista da área ou áreas afins, que tenha conceito mínimo Qualis B5 ou conceito equivalente, desde que o estudante solicite e apresente à Coordenação do curso o aceite ou comprovação da publicação, valerá como critério de aprovação no TCC. A apresentação do comprovante de aprovação para publicação do artigo científico seguirá os mesmos prazos regimentais do curso. O aluno que obtiver publicação do artigo científico será considerado aprovado com nota a ser atribuída pelo orientador.

Todos os projetos de pesquisa do curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar devem ser institucionalizados junto à PROINP, conforme regulamentação vigente.

8.10 Orientação e Coorientação

O aluno do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar escolherá um orientador entre os professores do curso, considerando a anuência deste e a disponibilidade de vagas de cada orientador. A carta de aceite de orientação, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação do curso, contendo as assinaturas de orientador e orientando, deve ser enviada à Coordenação do curso no prazo máximo de até 6 (seis) meses após o início do curso.

O aluno poderá solicitar a substituição de orientador, mediante justificativa submetida à aprovação do Colegiado do curso.

A coorientação do TCC poderá ser realizada por um único docente de outra Instituição, com titulação mínima de Especialista, não sendo necessário que ele seja do quadro de servidores do IFAC.



De acordo com o Art. 64, da Resolução IFAC nº 32/2020, que trata sobre o Regimento da Pós-graduação, são atribuições do orientador:

- Definir em conjunto com o discente o tema do trabalho de conclusão de curso (TCC);
- Orientar o TCC em todas as suas fases de elaboração;
- Encaminhar à coordenação do curso, como sugestão, lista de nomes dos membros das bancas examinadoras;
- Seguir as normas do PPC do Curso.

A orientação é requisito obrigatório para a defesa pública e entrega do TCC, sem o qual não é possível realizá-las. Os casos excepcionais serão analisados pelo Colegiado do curso.

8.11 Integralização do curso

Incluem-se como etapas necessárias à integralização do curso:

- Aprovação em 12 (doze) disciplinas, totalizando 360 horas, entre disciplinas obrigatórias e optativas;
- Aprovação na defesa pública do TCC ou do artigo científico;
- Entrega da versão final do TCC ou do artigo científico.

O prazo máximo de integralização do curso é de 18 (dezoito) meses. Ao cumprir os requisitos de integralização do curso, o aluno fará jus ao título de **Especialista em Agricultura Familiar**.

8.12 Aproveitamento de estudos

Será concedido ao aluno o direito de aproveitamento de estudos concluídos com êxito, em nível de ensino equivalente, desde que sejam semelhantes em objetivos, carga horária e conteúdo programático às disciplinas ofertadas pelo Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar e cursadas há menos de 5 (cinco) anos, mediante requerimento apresentado junto ao Registro Escolar do Campus.

O aproveitamento de estudos de componentes curriculares em outras instituições não poderá ser superior a 30% da carga horária do curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar. No caso de aproveitamento de componentes curriculares cursados no IFAC, a integralidade da carga horária do curso poderá ser alcançada, desde que os critérios estabelecidos acima sejam respeitados.



O aluno deverá protocolar requerimento de aproveitamento de estudos ao Registro Escolar, contendo os documentos originais, com assinatura e carimbo da instituição de origem, acompanhados de cópias simples. Os documentos necessários são: histórico escolar; programas, ementas e conteúdos programáticos e suas respectivas cargas horárias dos componentes curriculares cursados com aproveitamento que sejam equivalentes à disciplina pleiteada. A falta de qualquer um dos documentos especificados ou a existência de informações conflitantes implica no indeferimento do requerimento.

Após emissão de parecer pelo docente responsável pela disciplina, o pedido será analisado pelo Colegiado do Curso.

8.13 Do trancamento

Entende-se por trancamento de matrícula a interrupção total das atividades acadêmicas, por tempo determinado, podendo ser realizada por disciplina (parcial) ou matrícula (total), que corresponde ao trancamento de um semestre.

O trancamento deverá ser solicitado pelo discente no Registro Escolar, fundamentando as razões do pedido. O discente poderá solicitar trancamento de disciplina quando cumpridos, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) de carga horária total da disciplina.

O tempo máximo para integralização do curso não será ampliado em virtude da solicitação de trancamento de disciplina ou de matrícula.

O deferimento ou não da solicitação de trancamento caberá ao Colegiado do curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar.

O discente ficará com a vaga assegurada no semestre do qual solicitou trancamento integral.

Concluído o período de trancamento sem que seja requerida formalmente a matrícula de reingresso ou solicitada sua continuidade, o discente será automaticamente desligado do curso, o que lhe será comunicado formalmente, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos da legislação vigente.

No trancamento, se o discente estiver recebendo bolsa, a mesma será imediatamente suspensa.

O pedido de trancamento de disciplina ou de matrícula pressupõe necessariamente que o discente assuma todos os riscos decorrentes quanto à indisponibilidade de disciplinas já oferecidas, bem como do desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Não será possível o trancamento de matrícula para cursos em extinção ou em vias de interrupção temporária.



O trancamento de matrícula só será permitido uma única vez durante o desenvolvimento do curso.

8.14 Do desligamento do curso

O desligamento é a interrupção definitiva do curso, que poderá ser voluntário ou compulsório, implicando na total desvinculação do (a) estudante da Instituição. O desligamento poderá ocorrer de duas formas no curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar:

- Voluntária – Quando por própria solicitação do discente, mediante formulário próprio entregue ao Registro Escolar;
- Compulsória – A pedido da Coordenação de Curso, após identificação de casos, situações de discentes que estejam sujeitos ao processo de desligamento.

No que se refere ao processo de desligamento de forma compulsória poderá ser feito por iniciativa da Instituição, quando ocorrer pelo menos uma das seguintes situações:

- I. Ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Não realizar matrícula curricular no período letivo subsequente ao do trancamento;
- III. Não realizar matrícula no prazo estabelecido;
- IV. Obter reprovação em mais de 03 (três) disciplinas;
- V. E, em caso de abandono.

Considerar-se-á abandono de curso o(a) estudante que faltar mais de 02 (duas) disciplinas consecutivas no semestre em que efetuou a matrícula, sem justificativa.

Em qualquer uma das situações mencionadas anteriormente, o discente será comunicado sobre o processo de desligamento, sendo-lhe possibilitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos da legislação vigente.

O discente poderá entrar com recurso junto à coordenação do curso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após ser notificado sobre o desligamento, apresentando justificativa, devidamente comprovada, dos motivos alegados.

O colegiado do curso, após análise do caso, emitirá o parecer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, deferindo ou indeferindo o pedido. O prazo máximo de análise de parecer está vinculado ao calendário acadêmico do curso.

Em caso de deferimento, o colegiado de curso estabelecerá um plano de trabalho com tempo definido de execução para conclusão do curso.



8.15 Certificação

Aos discentes que cumprirem os requisitos do curso serão concedidos certificados de especialização. Para a emissão do certificado de especialização, são pré-requisitos:

- Aprovação em, no mínimo, 12 (doze) disciplinas, totalizando 360 horas, entre disciplinas obrigatórias e optativas;
- Aprovação na defesa pública do TCC ou apresentação do artigo científico publicado;
- Entrega da versão final do TCC à Coordenação do Curso.
- Apresentação de declaração “nada consta” da biblioteca do Campus;
- Realizar o auto depósito do TCC no repositório institucional do IFAC;
- Solicitar a emissão do certificado de conclusão.

Os certificados deverão seguir os trâmites administrativos adotados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

9 INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O IFAC-CBS oferece aos estudantes do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar uma estrutura que proporciona desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessários ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional. O quadro 03 apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso. Os quadros 04 e 05 apresentam as unidades e laboratórios de ensino, e equipamentos, respectivamente.

Quadro 03 – Estrutura física do Campus Rio Branco Baixada do Sol.

Espaço físico geral	Quantidade
Salas de aula com 40 cadeiras, ar-condicionado, quadro e projetor multimídia	07
Sala da diretoria geral	01
Sala da coordenação administrativa	01
Sala da coordenação técnico pedagógica (COTEP)	01
Sala da diretoria de ensino, pesquisa e extensão	01
Sala da assistência estudantil	01
Sala da coordenação de gestão de pessoas (COGEP)	01
Sala de coordenações de cursos	01
Sala de registro escolar	01
Sala dos professores	01
Sala de DATACENTER	01
Biblioteca	01
Auditório	01
Banheiros	04
Almoxarifado	01
Área de Serviço	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Área de alimentação	01
---------------------	----

Quadro 04 – Unidades e Laboratórios de ensino.

Unidades e Laboratórios de ensino	Quantidade
Laboratório de informática	01
Laboratório de análises de solos	01
Laboratório de tecnologia de alimentos	01
Laboratório multidisciplinar (biologia e química)	02
Sala instrumental	01
Unidades didáticas de produção animal	01
Unidade didática de beneficiamento agroindustrial (Trailer de processamento de pescado)	01
Unidades didáticas de produção vegetal	01
Laboratório de processamento de ração	01
Laboratório de mecanização agrícola	01

Quadro 05 – Equipamentos para os laboratórios.

Unidades e Laboratórios de ensino	Quantidade
Agitador de peneiras	3
Agitador de tubos	1
Aparelho casagrande elétrico	3
Aparelho GPS	4
Aquários (vidro)	3
Autoclave Vertical Sem Pedal, 50 Litros, CA-50	1
Bacia plástica para alimentos	10
Balança de precisão 15 kg	1
Balança determinadora de umidade, capacidade 210 g	3
Balança digital 150 kg	2
Balança eletrônica 50 kg - balança portátil	1
Balança eletrônica MODELO UX620H	1
Balança semi analítica 420 g	1
Balão volumétrico 100 ml	2
Balão volumétrico 500 ml	2
Banho Maria digital uma boca	1
Banho ultratermostatizado SL – 152/10	1
Banqueta para laboratório	6
Banqueta para laboratório, fixa alta	20
Boca de lobo	2
Bomba costal	1
Botijão criogênico	2
Bureta graduada com torneira	2
Cadinho/pinça/estojo para peso	1
Câmera digital Nikon	1
Capela exaustão de gases 10 m ³ /min (Acrílica)	1
Carro de mão	2
Centrífuga para laboratório - Tubos de 15 ml	1
Chapa aquecedora	1
Coifa industrial	1
Colorímetro	1
Condutivímetro micro portátil - NI CVP-BIV S:6060/1803	2
Condutivímetro: digital e portátil	2





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Contador de colônias	1
Desidratador/defumador	1
Dessecador/silicagel/peso padrão em aço	1
Destilador de água tipo pilsen - SL-71/10	1
Destilador de água tipo pilsen - SL-71/5	1
Digestor para DQO - Marca TECNAL, Modelo TE-128/6	1
Disco para dessecador construído em porcelana	5
Dispensor de solos	1
Estação total	3
Estereomicroscópio binocular	3
Estufa bacteriológica	1
Estufa para secagem e esterilização com circulação e renovação de ar	3
Fogão industrial	1
Forno micro-ondas, puxador e trava de segurança	1
Fotômetro	1
Freezer vertical	2
Geladeira vertical	2
Jogo de peneiras com armação	3
Lupas	4
Macro moinho do tipo facas	1
Mangueira siliconada	40
Máquina de filetar peixes	1
Máquina de gelo	1
Medidor de cloro flúor e ferro	1
Medidor de oxigênio dissolvido, sonda w	1
Medidor de pHmetro portátil digital	1
Medidor de umidade e condutividade do solo com haste de 20cm	1
Micro moinho do tipo facas	1
Microcomputador	31
Micropipeta	3
Micropipeta de volume variável	1
Microscopia. Microscópio biológico com câmera CCD colorida	1
Microscópio biológico binocular	4
Microscópio trinocular de grande	3
Mini serra	1
Modelador hambúrguer	1
Moedor de carne industrial	1
Monitor led 20 pol	1
Moto bomba monofásica	2
Multímetro digital	3
Nível automático	2
Nível laser rotativo horizontal, auto nivelador eletrônico e feixe prumo	10
Nível óptico automático	10
Notebook	8
Paquímetro digital	2
pHmetro AT 315	1
pHmetro de solo de bolso à prova d'água	1
Picareta	3
Placa aquecedora com dimensões 30x40cm	2
Projeter multimídia	9
Puçá para captura de alevinos	5
Puçá para captura de matrizes	5





10 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

De acordo com o artigo 9º da Resolução CNE/CES Nº 1, de 6 de abril de 2018:

“O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.”.

Neste sentido, o corpo docente do Curso de Especialização em Agricultura Familiar é constituído por professores doutores e mestres com sólida formação acadêmica e experiência profissional em docência, extensão e pesquisa.

A relação de docentes que fazem parte do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar, a titulação e o link de acesso ao currículo *lattes*, além do componente curricular ministrado estão dispostos a seguir.

DOCENTES	LATTES	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO DE PESQUISA
Amélia Maria de Lima Garcia	http://lattes.cnpq.br/4075618794299559	Doutorado	Avicultura familiar	Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura (NUPA 8)
Antony Evangelista de Lima	http://lattes.cnpq.br/0174174374370985	Mestrado	Tópicos em Piscicultura	Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura (NUPA 8)
Charle Ferreira Crisóstomo	http://lattes.cnpq.br/6808202308990137	Doutorado	Tecnologias em Olericultura	Manejo e Conservação do Solo
Claiton Base Moreno	http://lattes.cnpq.br/0054389479304651	Mestrado	Bovinocultura de leite Qualidade e inspeção do leite e derivados	
Deborah Virgynia Cardoso de Freitas	http://lattes.cnpq.br/2494920575395983	Mestrado	Agricultura Familiar e Políticas Públicas	Manejo e Conservação do Solo
Norma Giovanna da Silva P. Plese	http://lattes.cnpq.br/9879596095871397	Mestrado	Sistemas agroflorestais	Ciências agrárias da Amazônia Ocidental
Ricardo Bezerra Hoffmann	http://lattes.cnpq.br/7119995833227082	Doutorado	Metodologia científica Manejo de solos tropicais	Manejo e Conservação do Solo



Algumas disciplinas poderão ser ministradas por mais de um professor e no decorrer do curso novos professores poderão integrar o corpo docente. Poderão fazer parte do Curso de Especialização *lato sensu* em Agricultura Familiar, os docentes que tenham sido aprovados no processo de credenciamento de professores, realizado por meio de edital próprio. Na impossibilidade do docente com a formação inicial exigida para ministrar a disciplina, outro docente com experiência comprovada na área e titulação similar ou superior a exigida poderá ministrá-la.

Sobre a composição de técnico-administrativos, o Campus Rio Branco Baixada do Sol possui um quadro efetivo de 29 técnicos-administrativos, que além de atividades administrativas, também desenvolvem ações de pesquisa e extensão. Dentre estes, o quadro funcional é composto por mestres e doutores nas áreas de ciências agrárias e florestais, ciências biológicas e outras áreas relacionadas ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão.

11 PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Ciência e conhecimento. Pesquisa científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Redação científica. Projeto de pesquisa. Trabalhos acadêmicos. Publicações científicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASILEIRO, A. M. M. Como produzir textos acadêmicos e científicos . São Paulo: Contexto, 2021. 272 p. ISBN 978-65-554-1005-1. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 208 p. ISBN 978-65-597-7163-9. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 368 p. ISBN 978-85-970-2656-6.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AZEVEDO, C. B. Metodologia científica : ao alcance de todos. 4. ed. São Paulo: Manole, 2018. 78 p. ISBN 978-85-204-5638-5. CERVELIN, G. Elaboração de trabalhos acadêmicos, segundo as normas da ABNT . Londrina: Unifil, 2021. 56 p. Disponível em: http://periodicos.unifil.br/index.php/livros_unifil/article/view/1481 . Acesso em: 31 ago. 2023. ISBN 978-65-877-0304-6. MEDEIROS, J. B. Redação científica : práticas de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 368 p. ISBN 978-85-970-1937-7. ROVER, A.; MELLO, R. O. Normas da ABNT : orientações para a produção científica. Joaçaba: Unoesc, 2020. 222 p. E-book. Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/Normas-da-ABNT-2.pdf . Acesso em: 31 ago. 2023. ISBN 978-85-842-2231-5. (e-book). SEVERINO, J. A. Metodologia do trabalho científico . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320 p. ISBN 978-85-249-2448-4.	



DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PESQUISA	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Discussão das propostas de trabalho de conclusão de curso. Diretrizes e orientações para realização de seminários. Seminários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LEITE, F. T. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). 6. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2023. 320 p. ISBN 978-85-982-3994-1. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 368 p. ISBN 978-85-970-2656-6. SCORSOLINI-COMIN, F. Seminários: como planejar e apresentar. Ribeirão Preto: Centro de Apoio Editorial da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2023. 94 p. Disponível em: http://conteudosdigitais.eerp.usp.br/ebooks/Seminarios_como_planejar_e_apresentar.pdf . Acesso em: 31 ago. 2023. ISBN 978-65-885-5610-8.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOWDER, M. Como fazer apresentações: o guia completo para apresentar suas ideias e influenciar as pessoas utilizando técnicas que realmente funcionam. São Paulo: Madras, 2014. 312 p. ISBN 978-85-370-0888-1. CASTRO, C. de M. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 136 p. ISBN 978-85-760-5879-3. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf . Acesso em: 31 ago. 2023. ISBN 978-85-771-7158-3. SEVERINO, J. A. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320 p. ISBN 978-85-249-2448-4. VOLPATO, G. Ciência da filosofia à publicação. 7. ed. São Paulo: Best Writing, 2019. ISBN 978-85-642-0113-2.	

DISCIPLINA: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Panorama histórico e teórico da Agricultura familiar. As transformações da agricultura familiar, as estratégias de resistência e adaptação e as perspectivas. Políticas públicas: conceito e importância para a agricultura familiar. Políticas de fortalecimento da agricultura familiar, inclusão social e segurança alimentar no Brasil.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2012. 296 p. ISBN: 978-85-314-1032-1. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 624 p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/pgdr/en/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil/ . Acesso: ago. 2023. (Série Estudos Rurais). ISBN: 978-85-386-0262-0. LAMARCHE, H. (coord.) A agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998. 348p. v. 2. ISBN 85-268-0435-9.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 13, v. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1362/1347/3896 . Acesso em: 31 ago. 2023. ISSN 1806-6755. CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Ed.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 232 p. ISBN 978-85-747-8113-6.	



DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acesso em ago. 2023. (Texto para Discussão, 2482). ISSN 1415-4765.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 31 ago. 2023.

DISCIPLINA: SISTEMAS AGROFLORESTAIS	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Componentes florestais em propriedades rurais. ILPF x Sistemas agroflorestais. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar na Amazônia. Sistemas agroflorestais modelos e aplicações. Planejamento, implantação e manejo de sistemas agroflorestais na propriedade rural.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COELHO, G. C. Sistemas agroflorestais. [s. l.]: APCIQ, 2012. 206p. ISBN: 978-85-765-6243-6. PORRO, R. (ed). Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2009. 825p. ISBN 978-85-738-3455-0. SOUSA, S. G. A. de. <i>et al.</i> Sistemas agroflorestais para a agricultura familiar da Amazônia. 2 ed. Brasília: EMBRAPA, 2016, 39 p. ISBN 978-85-703-5586-7. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/165348/1/ABC-Sistemas-agroflorestais-ed02-2016.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, F. V.; LAURA, V. A.; ALMEIDA, R. G. (ed.). Sistemas agroflorestais: a agropecuária sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2015. 208p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/120048/1/Sistemas-Agroflorestais-livro-em-baixa.pdf. Acesso em: 01 set. 2023. ISBN 978-85-703-5420-4. ANDRADE, C. M. S.; SALMAN, A. K. D.; OLIVEIRA, T. K. (ed). Guia arbopasto: manual de identificação e seleção de espécies arbóreas para sistemas silvipastoris. Brasília: EMBRAPA, 2012. 345p. ISBN 978-85-703-5162-3. BUNGENSTAB, D. J. (ed.) Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta: a produção sustentável. 2. ed. Brasília: EMBRAPA, 2012. ISBN 978-85-703-5110-4. CANUTO, J. C. (ed.). Sistemas Agroflorestais: Experiências e reflexões. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2017. 216p. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/938814/1/SistemasdeIntegracaoLavoureaPecuariaFloresta2ed.pdf. Acesso em: 01 set. 2023. ISBN 978-85-7035-709-0. NAPPO, M. E.; OLIVEIRA NETO, S. N. de; MATOS, P. H. V. de. Sistemas agroflorestais. 2. ed. Brasília: Editora LK, 2012. 84 p. ISBN 978-85-777-6157-9.	

DISCIPLINA: MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Introdução ao estudo dos mercados e da comercialização de produtos agrícolas. A estrutura, conduta e desempenho dos mercados de produtos agrícolas. Os canais de comercialização e as especificidades dos mercados de produtos agrícolas. As funções de comercialização. As grandes tendências dos mercados. Economia solidária e redes de cooperação. Estudos de caso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	



BARROS, G. S. de C. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba: CEPEA/LES-ESALQ/USP, 2007. 220p. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/economia-da-comercializacao-agricola-em-pdf.aspx>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 384 p. ISBN 978-85-760-5144-2.

MENDES, J. T. G. **Economia Agrícola: princípios básicos e aplicações**. 2 ed. Curitiba: ZNT, 1998. 458 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de economia rural**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012. 307 p. ISBN 978-85-789-7042-0.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2018. 316. p. ISBN 978-85-7516-843-1.

BYRNS, R. T.; STONE, G. W. **Microeconomia**. São Paulo: Markron Books, 1996. 581p. ISBN 85-346-0581-5.

FERGUNSON, C. E. **Microeconomia**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 624 p. ISBN 978-85-218-0244-0.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6909148/mod_resource/content/1/Microeconomia%20-%20Hal%20Varian%209a%20edic%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em: 01 set. 2023. ISBN 978-85-352-3018-5.

DISCIPLINA: TECNOLOGIAS EM OLERICULTURA

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA:

Principais tecnologias aplicadas para viabilização da produção das hortaliças. Tecnologias em: mecanização, produção de mudas, plantio, transplante, irrigação, adubação, aplicação de defensivos agrícolas e colheita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDO, S. *et al.* **Manual de irrigação**. 9 ed. Viçosa: Editora UFV, 2019. 545 p. ISBN 9788572696104.

CLEMENTE, F. M. V. T. (ed.) **Produção de hortaliças para a agricultura familiar**. Brasília: EMBRAPA, 2015. 108 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212767/1/Producao-de-Hortalicas-para-a-Agricultura-Familiar.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023. ISBN 978-85-703-5412-9.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 3. ed. Viçosa: Editora UFV, 2008. 421p. ISBN: 978-85-726-9313-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALBO, A. G. & LUENGO, R. F. A. **Embalagens para comercialização de hortaliças e frutas**. Brasília: EMBRAPA Hortaliças, 2006. 6 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/779848/4/ct44.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023. (Circular Técnica 44). ISSN 1415-3033.

CHAIM, A. **Manual de tecnologia de aplicação de agrotóxicos**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2009. 73 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/143477/1/CNPMA-MAN.-DE-TEC.-DE-APLIC.-DE-AGROT.-09-2.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023. ISBN 978-85-7383-468-0.

CLEMENTE, F. M. V. T.; BOITEUX L. S. **Produção de tomate para processamento industrial**. Brasília: EMBRAPA, 2012. 344 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212769/1/PRODUCAO-DE-TOMATE-PARA-PROCESSAMENTO-INDUSTRIAL.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023. ISBN: 978-85-703-5125-8.

NASCIMENTO, W. M.; PEREIRA, R. B. (ed.). **Produção de mudas de hortaliças**. Brasília: EMBRAPA, 2016. 308 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1050963/1/Producao-de-Mudas-de-Hortalicas.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023. ISBN 978-85-7035-579-9.

WENDLING, I.; GATTO, A. **Substratos, adubação e irrigação na produção de mudas**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012. 149p. ISBN 978-85-620-3274-5.



DISCIPLINA: TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Noções de boas práticas de fabricação e microbiologia de alimentos. Tecnologia de processamento de produtos vegetais, lácteos e cárneos. Legislação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2018. ISBN 978-85-827-1525-3. CRUZ, A.G. <i>et al.</i> Processamento de leites de consumo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 384 p. ISBN 978-85-352-8083-8. ROSSI, G. A. M. Qualidade, tecnologia e inspeção de carnes. São Paulo: Medvet, 2022. 348 p. ISBN 978-65-874-4224-2.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança dos alimentos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2013. 620 p. ISBN 978-85-363-2705-1. GONÇALVES A. A. Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu. 2021. 692 p. ISBN 978-65-558-6161-7. KOBELITZ, M. G. B. Matérias-primas alimentícias: composição e controle de qualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 320 p. ISBN 978-85-277-1815-8. NESPOLO, C. R. <i>et al.</i> Práticas em tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015. ISBN 978-85-827-1195-8. PEREIRA, L.; PINHEIRO, A. N.; SILVA, G. C. Boas práticas na manipulação de alimentos. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012. 96 p. ISBN 978-85-745-8314-3.	

DISCIPLINA: TÓPICO ESPECIAL EM CONTROLE DE QUALIDADE E NOVOS PRODUTOS	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Controle de qualidade. Noções de Análise Sensorial. Desenvolvimento de novos produtos. Rotulagem nutricional e embalagem. Certificação de produtos artesanais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAXTER, M. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2011. 344p. ISBN 978-85-212-0614-9. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Sistema de gestão: qualidade e segurança dos alimentos. Barueri: Manole, 2012. 602 p. ISBN 978-85-204-3304-1. DUTCOSKY, S. D. Análise sensorial de alimentos. 5.ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2019. 540 p. ISBN 978-85-54945-47-3.	



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACRE. Decreto nº 11.306, de 17 de agosto de 2023. Dispõe sobre normas sanitárias para a inspeção, fiscalização e diretrizes relacionadas à produção e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, elaborados de forma artesanal, provenientes de produtores rurais, cooperativas e estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte, dentro do âmbito do Estado do Acre, e cria o Selo D'Colônia. Rio Branco: **Secretaria de Estado da Casa Civil**, 2023. Disponível em: <http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/5719>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BARBOSA FILHO, A. N. **Projeto e desenvolvimento de produtos**. São Paulo: Atlas, 2009. 181 p. ISBN 978-85-224-5330-6.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020. Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-75-de-8-de-outubro-de-2020-282071143>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 09 de out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-429-de-8-de-outubro-de-2020-282070599>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASSARD, M. **Qualidade: ferramentas para uma melhoria contínua**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992. ISBN 978-85-730-3837-8.

DISCIPLINA: TÓPICOS EM PISCICULTURA

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA:

Introdução à piscicultura. Espécies nativas com potencial para a piscicultura. Manejo produtivo: estrutura, qualidade de água, povoamento, alimentação e despesca. Viabilidade econômica da piscicultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALDISSEROTTO, B. (org.). **Espécies nativas para piscicultura no Brasil**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. 544 p. ISBN 978-85-73913-47-7.

RODRIGUES, A. P. O. et al. **Piscicultura de água doce**: multiplicando conhecimentos. Brasília: EMBRAPA, 2013. 440 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1082280/1/Piscicultura-de-Agua-Doce-2013.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023. ISBN 978-85-703-5272-9.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR. **Piscicultura**: fundamentos da produção de peixes. Brasília: SENAR, 2017. 64 p. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/195-PISCICULTURA.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023. (Coleção SENAR, 195). ISBN 978-85-7664-172-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARIA, R. H. S. et al. **Manual de criação de peixes em viveiro**. Brasília: Codevasf, 2013. 132 p. ISBN 978-85-895-0313-6. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/manuais/manual-de-criacao-de-peixes-em-viveiros.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

KUBITZA, F.; ONO, E. A. **Projetos aquícolas**: planejamento e avaliação econômica. Jundiaí: Acqua Supre, 2004. 87 p. ISBN 85-985-4504-X.

LOGADO, P. V. R. **Nutrição e alimentação de peixes de água doce**. 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2015. 130 p. ISBN 978-85-620-3241-7.

OLIVEIRA, P. N. **Engenharia para aquicultura**. 2. ed. Fortaleza: Pedro Noberto de Oliveira, 2013. 359 p. ISBN 978-85-7946-157-6.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR. **Piscicultura**: manejo da qualidade da água. Brasília: SENAR, 2019. 52 p. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/262_Piscicultura-Manejo-da-qualidade-da-agua.pdf. Acesso em: 01 set. 2023. (Coleção SENAR, 262). ISBN 978-85-766-4230-5.



DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Introdução à estatística. População e Amostra. Análise exploratória de dados. Princípios básicos de experimentação. Testes de significância.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AZEVEDO, P. R. M. de. Introdução à estatística . 3. ed. Natal: EDUFRRN, 2016. 235 p. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/21298/2/Introduc%cc%a7a%cc%83o%20a%cc%80%20Estati%cc%81stica%20%28digital%29.pdf . Acesso em: 05 set. 2023. ISBN 978-85-425-0601-3. FERREIRA, P. V. Estatística experimental aplicada às ciências agrárias . Viçosa: UFV, 2018. 588 p. ISBN 978-85-726-9566-4. FREITAS, A. R. de. Estatística experimental na agropecuária . Brasília: EMBRAPA, 2022. 457 p. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1149859/1/Estatistica-experimental-na-agropecuaria-ed-01-2022-publicacao-digital.pdf . Acesso em: 05 set. 2023. ISBN 978-65-899-5726-3.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASSIS, J. P. de <i>et al.</i> Estatística descritiva . Piracicaba: FEALQ, 2016. 394 p. ISBN 978-85-713-3081-8. CRESPO, A. A. Estatística . 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 256 p. ISBN 978-85-714-4080-7. SVIERCOSKI, R. F. Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos . Viçosa: Editora UFV, 2008. 333 p. ISBN 978-85-726-9038-6. VIERA, S. Introdução à bioestatística . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. 296 p. ISBN 978-85-951-5799-6. ZAR, J. H. Biostatistical analysis . 5. ed. New Jersey: Peason Prentice Hall, 2010. 944 p. ISBN 978-01-310-0846-5.	

DISCIPLINA: BOVINOCULTURA DE LEITE	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Caracterização da cadeia produtiva da bovinocultura de leite. Sistemas de produção de leite. Técnicas de manejo alimentar, reprodutivo e sanitário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COTTA, L. <i>et al.</i> Produção de leite com qualidade, o que precisamos saber? São Carlos: Editora Scienza, 2020. 53 p. E-book. Disponível em: https://familiadoleite.com.br/uploads/familiadoleite.com.br/e-book%20qualidade%20do%20leite.pdf . Acesso em: 04 set. 2023. ISBN 978-65-5668-004-0 (e-book). MARCONDES, M. I.; ROTA, P. P.; SILVA, M. O. R. da. Cálculo de ração e alimentos para bovinos leiteiros . Viçosa: UFV, 2019. 220 p. (Série Didática). ISBN 978-85-726-9589-3. SALMAN, A. K. D.; PFEIFER, L. F. M. (ed.). Pecuária leiteira na Amazônia . Brasília: EMBRAPA, 2020. 399 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/220591/1/Cap1-lv-pec-leite.pdf . Acesso em: 04 set. 2023. ISBN 978-65-860-5657-0.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBOSA, A. A. <i>et al.</i> Estresse térmico em vacas leiteiras . Ponta Grossa: Atena, 2021. 72 p. E-book. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-file/4134 . Acesso em: 21 ago. 2023. ISBN 978-65-598-3140-1. DINIZ, F. H. (ed.). Desafios e perspectivas de jovens latino-americanos na sucessão familiar da atividade leiteira . Brasília: EMBRAPA, 2019. 236 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/209520/1/Livro-Fabio-Sucessao-2019-completo.pdf . Acesso em: 15 ago. 2023. ISBN 978-85-703-5827-1. HUTJENS, M. Guia de alimentação de vacas leiteiras . 4. ed. Estados Unidos: Hoards Dairyman, 2021. 101 p. ISBN 978-65-845-9804-1. RIET-CORREA, F. <i>et al.</i> Doenças de ruminantes e equídeos . 4. ed. São Paulo: MedVet, 2022. 1.636 p. v. 2. ISBN 978-65-874-4226-6. SANTOS, M. V.; FONSECA, L. F. L. Controle da mastite e qualidade do leite: desafios e soluções . São Paulo: Edição dos Autores, 2019. 301 p. ISBN 978-85-915-9131-2.	



DISCIPLINA: QUALIDADE E INSPEÇÃO DE LEITE E DERIVADOS	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Condições higiênico-sanitárias na produção e inspeção de leite e derivados. Controle de qualidade do leite.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BALIEIRO, A. L.; SÁ, J. P. N. de. Qualidade do leite na pecuária de leite . Viçosa: Aprenda Fácil, 2022. 293 p. ISBN 978-65-555-7009-0. CENTOLA, V. A. M.; NETTO, A. S. (Org.). Obtenção e processamento do leite e derivados . Pirassununga: Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, 2018. 220 p. E-book. ISBN 978-85-66404-17-3. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/200/181/850 . Acesso em: 21 ago. 2023. RIBEIRO, L. F. Fatores determinantes para a qualidade do leite e derivados . Monte Carmelo: Fucamp, 2021. 110 p. E-book. ISBN 9786500188899. Disponível em: https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/Livro-Laryssa2_compressed.pdf . Acesso em: 30 ago. 2023.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Instrução Normativa nº 76, de 26 de novembro de 2018. Dispõe sobre os Regulamentos Técnicos que fixam a identidade e as características de qualidade que devem apresentar o leite cru refrigerado, o leite pasteurizado e o leite pasteurizado tipo A. Diário Oficial da União : Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750137/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-76-de-26-de-novembro-de-2018-52749894IN%2076 . Acesso em: 05 set. 2023. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Instrução Normativa Nº 77, de 26 de novembro de 2018. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial. Diário Oficial da União : Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887 . Acesso em: 05 set. 2023. SILVA, A. C. O.; CORTEZ, M. A. S. Tecnologia de leite e derivados lácteos . Niterói: Eduff, 2021. 87 p. E-book. Disponível em: https://www.eduff.com.br/produto/tecnologia-de-leite-e-derivados-lacteos-e-book-pdf-718 . Acesso em: 21 ago. 2023. (Coleção Biblioteca Básica). ISBN 978-65-583-1123-2. TRONCO, V. M. Manual para inspeção da qualidade do leite . 5. ed. Santa Maria: UFSM, 2013. 294 p. ISBN 978-85-739-1203-6. VIDAL, A. M. C.; SARAN NETTO, A. (org.). Obtenção e processamento do leite e derivados . Pirassununga: Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, 2018. 220 p. E-book. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/200/181/850 . Acesso em: 15 ago. 2023. ISBN 978-85-664-0417-3. (e-book).	

DISCIPLINA: ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. Formas associativas: Condomínio rural, casas de farinha, hortas comunitárias. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Experiências cooperativas no Brasil. Projeto de implantação de cooperativa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LOURENÇO, N. V.; TOMÁZ, A. F.; CASTRO, D. M. Associativismo e cooperativismo . Curitiba: Fael, 2022. 281 p. ISBN 978-85-533-7053-5. OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de gestão de cooperativas: uma abordagem prática . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 360 p. ISBN 978-85-970-0071-9. VIEIRA, P. G. L.; PINHEIRO, A. M. Cooperativismo passo a passo . Paraná: Juruá, 2014. 212 p. ISBN	



978-85-362-4768-7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: Como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 128p. ISBN. 978-8571931060.
BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012. 256p. ISBN 978-85-224-7246-8.
FIORONI, C. G.; ZAMPAR, A. C. **Cooperativismo e empreendedorismo**. São Paulo: Pandorga, 2015. 312 p. ISBN 978-85-617-8473-7.
NILSON, F. **Agricultura familiar**: Trabalho, renda e associativismo. Curitiba: Appris Editora, 2016. 177p. ISBN 978-8547300968.
SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais**. Brasília: EMBRAPA, 2003. 130 p. Disponível em: <http://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00071790.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023. ISBN: 85-707-5022-8.

DISCIPLINA: AGROECOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA:

A evolução do pensamento agroecológico. Bases e princípios da Agroecologia. Agroecologia e o processo da transição agroecológica. Agroextrativismo tradicional da Amazônia. Desafios e perspectivas na Agroecologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012. 400 p. ISBN 978-85-774-3191-5.
GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. ISBN: 978-85-328-0499-0.
MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p. ISBN 978-85-774-3239-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 120 p. ISBN 85-7025-538-1. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.
ALTIERI, M.A.; ROSSET, P. M. **Agroecologia**: ciência e política. Porto Alegre: UFRGS, 2022. 156 p. ISBN 978-65-572-5086-0.
AMARAL, A. A. **Fundamentos de agroecologia**. Curitiba: Livro Técnico, 2011. 160 p. ISBN 978-85-636-8727-2.
CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (org.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Paraná: IFPR, 2011. 192 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.
SOUZA, M. M. O. de. (org.). **Agroecologia**: diversidade, movimento e resistência. Anápolis: Editora UEG, 2019. 252 p. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/agroecologia%20diversidade%20movimento%20resistencia.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2023. ISBN 978-85-558-2069-4 (e-book.).

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA:

Gestão ambiental de propriedades rurais. Aspectos legais relacionados à gestão ambiental de propriedades rurais. Gestão ambiental nas cadeias produtivas animal e vegetal.





BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Erica, 2017. 128 p. (Série Eixos). ISBN 978-85-365-0603-6.
PALHARES, J. C. P.; GLEBER, L. (ed.). **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília: EMBRAPA, 2014. 490 p. v. 2. ISBN 978-85-703-5302-3.
ROSA, A. H.; FRACETO, L. F; MOSCHINI-CARLOS, V. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre, Editora Bookman, 2012. 412 p. ISBN 978-85-407-0196-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADISSI, P. J.; PINHEIRO, F. A.; CARDOSO, R. da S. (org.). **Gestão ambiental de unidades produtivas**. São Paulo: Editora GEN, 2012. 480 p. ISBN 978-85-352-5159-3.
BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012. 616 p. ISBN: 978-85-761-7290-1
DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 248 p. ISBN: 978-85-970-1033-6.
JR. A. P.; MALHEIROS, T. F (ed.). **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2012. 800 p. (Coleção ambiental). ISBN 978-85-204-2664-7.
MATTOS NETO, A. J. de. **Curso de direito agroambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018. 416 p. ISBN 978-85-472-3322-8.



DISCIPLINA: MANEJO DE SOLOS TROPICAIS	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Aspectos gerais dos solos do Acre. Indicadores de qualidade e limitações de uso dos solos. Dinâmica dos nutrientes no solo. Manejo sustentável dos solos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERTOL, I.; MARIA, I. C. de; SOUZA, L. da S. (ed.). Manejo e conservação do solo e da água . Viçosa: SBCS, 2019. 1355 p. ISBN 978-85-865-0425-9. SILVA, L. M.; PEREIRA, M. G.; MOREIRA, F. M. de S.; WADT, P. G. S.; POLIDORO, J. C. (ed.). Solos da Amazônia Ocidental : base da sustentabilidade agrícola e ambiental. Brasília: EMBRAPA, 2021. 130 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/222866/1/Solos-da-Amazonia-Ocidental-2021.pdf . Acesso em: 05 set. 2023. ISBN 978-65-860-5606-8. WADT, P. G. S. (ed.). Manejo do solo e recomendação de adubação para o estado do Acre . Rio Branco: EMBRAPA, 2005. 635 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . 10. ed. São Paulo: Ícone, 2017. 392 p. ISBN 978-85-274-0980-3. LEPSCH, I. F. 19 lições de pedologia . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. 310 p. ISBN 978-65-862-3526-5. LEPSCH, I. F. <i>et al.</i> (ed.). Manual para levantamento utilitário e classificação de terras no sistema de capacidade de uso . Viçosa: SBCS, 2015. 170 p. ISBN 978-85-865-0412-9. MARTINEZ, H. E. P.; MAROTTA, J. J. L.; MANGAS, I. B. Relações solo-planta : bases para a nutrição e produção vegetal. Viçosa: UFV, 2021. 307 p. ISBN 978-65-592-5019-6. RESENDE, M. <i>et al.</i> Pedologia, fertilidade, água e planta : inter-relações e aplicações. 2. ed. Lavras: UFLA, 2021. 263 p. ISBN 978-65-865-6110-4.	

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM AGRICULTURA FAMILIAR	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Temas atuais referentes à Agricultura Familiar.	

DISCIPLINA: AVICULTURA FAMILIAR	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA: Sistemas de criação de aves caipira e orgânica. Raças de aves de corte e postura. Instalações e equipamentos. Manejo geral de frango de corte e poedeira. Manejo alimentar. Manejo sanitário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALBINO, L. F. T.; GODOI, M. J. de S. Criação de galinhas caipiras . Viçosa: DEX/PEC, 2016. 52 p. Disponível em: https://bibliotecasemiarios.ufv.br/bitstream/123456789/461/1/Texto%20completo.pdf . Acesso em: 03 set. 2023. (Boletim de Extensão, n.51.). ISSN 1415-692X. CAVALCANTI, F. A. V. R. Avicultura caipira : estudo de mercado para a cadeia da galinha caipira. Natal: SEBRAE/RN, 2019. 108 p. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/e-book-avicultura-caipira-final.pdf . Acesso em: 03 set. 2023. ISBN 978-85-887-7950-1. GALVÃO JUNIOR, J. G. B.; BENTO, E. F.; SOUZA, A. F. de. Sistema alternativo de produção de aves . Ipangaçu: IFRN, 2009. 45 p. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1076/Sistema%20Alternativo%20de%20Producao%20de%20Aves%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 03 set. 2023. ISBN 978-85-895-7171-5.	



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBINO, L. F. T. *et al.* **Criação de frango e galinha caipira**: sistema alternativo de criação de aves. 4 ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2014. 310 p. ISBN 978-85-620-3296-7.

ARENALES, M. R.; FERREIRA, R. G. S.; FERREIRA, D. G. S. **Criação orgânica de frangos de corte e aves de postura**. Editora Aprenda fácil. Viçosa, 2008. ISBN 978-85-760-1735-6.

PENTEADO, S. R. **Criação de galinha caipira**. São Paulo: Via Orgânica. 2021. 102 p. ISBN 978-85-907-8000-7.

QUINZEIRO NETO, T.; *et al.* **Manual do sistema de produção sustentável de galinhas caipiras (Procap)**: orientações básicas para construção do galinheiro, manejo sustentável e equipamentos. Maranhão: Embrapa, 2017. 82 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1085355?mode=full> Acesso em: 03 set. 2023. ISBN 978-85-703-5777-9.

SANTOS, B. M. dos., VALADÃO, M. C. **Controle de doenças em aves caipiras**. PEC/DEX: Viçosa, 2018. 28 p. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/bitstream/123456789/462/1/Texto%20completo.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023. (Boletim de Extensão, n. 69.). ISSN 1415-692X.

12 REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **In:** III Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste - ENFOC, Piauí: 2007. Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BITTENCOURT, D. M. de C. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. **In:** Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação, Brasília: EMBRAPA, 2020. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1126191/1/2Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023. (Texto para Discussão 49). ISSN 1677-5473.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: **Casa Civil**, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: **Casa Civil**, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

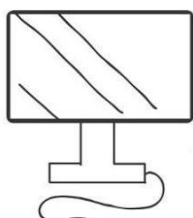
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC. Resolução nº 41/CONSUIFAC, de 14 de outubro de 2021. Aprova a 1ª revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 do Ifac. Rio Branco: **IFAC**, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/plano-de->



desenvolvimento-institucional/pdi2020_2024.pdf/@download/file/pdi-2020_2024.pdf.
Acesso em: 28 ago. 2023.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, n. extra, 16p. 2014. Disponível em: http://bibliotecadigital.abong.org.br/xmlui/bitstream/handle/11465/374/ASPTA_dez_qualidades_agricultura_familiar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 ago. 2023.

SCHNEIDER, S. (org.). A diversidade da agricultura familiar. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 295 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?sequence>. Acesso em: 28 ago. 2023. (Série Estudos Rurais). ISBN 978-85-386-0037-4.



www.ifac.edu.br



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre